

Lefevre, Eugenio. *A administração do Estado de São Paulo na República Velha*. Número de registro na biblioteca da Faculdade de Economia da USP: 981.61 006 - L493A.

A História brasileira anterior a 1930 não é muito conhecida, especialmente pelas gerações mais novas. À parte os trabalhos de Carone e Hélio Silva, outros estudos existentes não têm tido divulgação. Mas, se isso acontece com a História do Brasil, o mesmo ocorre, em grau ainda maior, com a História do Estado de São Paulo. Recentemente, na realização de uma pesquisa, foi localizada na Faculdade de Economia da USP uma obra que, pelas informações que contém sobre o Estado de São Paulo, no período 1892/1929, não pode permanecer no desconhecimento dos estudiosos da História paulista e brasileira. Este livro chama-se *A Administração do Estado de São Paulo na República Velha*, e seu autor, Eugenio Lefevre, serviu durante 40 anos no cargo de diretor-geral da Secretaria de Agricultura do Estado. O livro foi editado em 1937 pela Typografia Cupolo.

Este estudo contém oito capítulos. O primeiro focaliza a gestão financeira, apresentando informações detalhadas sobre a receita e a despesa do estado, mostrando, também, a evolução da dívida pública, inclusive a dívida externa.

No segundo capítulo, intitulado A defesa do café, o autor apresenta estatísticas da produção cafeeira de

São Paulo, do Brasil e dos demais países, no período 1882/1907. O plano de valorização do café é descrito com riquezas de detalhes, sendo transcrito o Convênio de Taubaté, de 26-2-1906, com as alterações efetuadas em 4-7-1906. Ainda neste capítulo há um histórico da imigração no estado.

No terceiro capítulo, A saúde pública, são detalhadas as medidas adotadas pelo Governo do estado no combate às endemias que assolavam o estado no princípio deste século, como a febre amarela, a malária, a tuberculose, etc.

A educação é o assunto do quarto capítulo. Lefevre enfoca a educação primária e descreve a fundação das primeiras Escolas Normais do estado. Traz detalhes interessantes sobre as escolas profissionais, como currículo, número de alunos e localização destas escolas. No ensino superior, são enfocadas as escolas existentes: a Politécnica (que começou a funcionar em 1895) e a Faculdade de Medicina e Cirurgia (inaugurada a 2.4.1913). Segundo o autor, a preocupação com a educação se manifesta no fato de o Governo estadual chegar a despendar 24% da sua arrecadação total com o ensino público (p. 246).

A justiça e a segurança pública são os assuntos do quinto capítulo, que está subdividido em Administração da justiça, Serviço policial e Força pública.

Um assunto atual, a tentativa de localização de petróleo no estado, já era motivo de preocupação do governo naquela época. São descritos no sexto capítulo — Fomento da produção — esforços despendidos neste sentido. Este capítulo trata ainda do levantamento da carta geográfica e geológica do estado, da fixação dos limites do estado (e as pendências com Minas Gerais), e da colonização, com a apresentação de números interessantes, como a quantidade de imigrantes espontâneos e subsidiados, e a distribuição das propriedades agrícolas existentes, de acordo com a sua área. A produção agrícola de vários produtos, exceto o café, é comparada entre os períodos 1904/05 e 1930/31.

No penúltimo capítulo, Meios de comunicação e transporte, tomamos conhecimento de como se formaram as primeiras estradas de ferro do estado. As receitas e despesas da Estrada de Ferro Sorocabana (de 1905 a 1929) e da Estrada de Ferro de Araquara (de 1920, quando passou a pertencer ao Estado, a 1929) são apresentadas. O autor ainda focaliza as estradas de rodagem e a viação marítima.

Finalmente, o último capítulo, Evolução econômica, é uma síntese dos anteriores, com mais informações sobre o movimento bancário (depósitos, empréstimos e caixa discriminado pelos estados brasileiros) e as receitas públicas da União e do Estado de São Paulo.

Concluindo, não se compreende que um livro como este, repleto de informações sobre um período importante da nossa História, do início da República até 1930, e que trata especificamente do Estado de São Paulo, não venha servindo de fonte de informações para os nossos historiadores. Seria muito oportuna a reedição desta obra sobre a história econômica e administrativa paulista. □

Gilton Carneiro dos Santos